



## ATIVO X PASSIVO: HOMOAFETIVIDADE E GÊNERO ENTRE PERSONAGENS INFANTIS DA LITERATURA BRASILEIRA

Benedito Teixeira de Sousa

*Mestre e doutorando em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC) – benitoteixeira@gmail.com*

**RESUMO:** Uma questão de gênero marca fortemente as relações e identidades homoafetivas nas sociedades ocidentais, pelo menos desde a Antiguidade grega. O papel ativo versus o papel passivo nessas relações, construídos, social, cultural e historicamente, definem ainda quem domina e quem é subjugado, respectivamente. É uma questão de gênero que, em muitos casos, se sobrepõe à sexualidade, ou seja, o ativo é sempre mais homem do que o passivo, reverberando o patriarcalismo e o machismo ainda dominantes nas relações heteroafetivas, na quais a mulher é sempre considerada inferior. Recorrendo à literatura como um canal privilegiado – seja para reproduzir com o máximo de fidelidade a realidade, seja para subverter esta mesma realidade, estimulando a reflexão – propomos, neste artigo, analisar como personagens infantis homoafetivos do sexo masculino são retratadas nos referidos enredos. O objetivo é, por meio de uma análise textual, verificar como a questão de gênero referida acima (o ativo x o passivo) permeia a questão da sexualidade que envolve os meninos ainda em idade infantil, nos seguintes textos da literatura brasileira: O Ateneu (1888), de Raul Pompéia; Capitães da areia (1937), de Jorge Amado; Dona Sinhá e o filho padre (1964), de Gilberto Freyre; e Em nome do desejo (1983), de João Silvério Trevisan.

**Palavras-chave:** personagens infantis, literatura, homoafetividade, gênero.

Eve Kosofsky Sedgwick, em *Epistemología del armario* (1998), ao abordar, numa perspectiva anti-homofóbica, as concepções ocidentais surgidas com a finalidade de definir a homo/heterossexualidade e, a partir daí, refletir sobre os silêncios discursivos que permeiam a ação de revelação, de saída do armário<sup>1</sup> entre os indivíduos homoafetivos,

<sup>1</sup>Para Georges Chauncey, em *Gay New York: gender, urban culture, and the making of the gay male world, 1890-1940*, a expressão “coming out” remonta ao vocabulário gay dos anos pré-guerra. Ele explica que a expressão era usada “did not speak of coming out of what we now call the ‘gay closet’ but rather of coming out into what they called ‘homosexual society’ or the ‘gay world’”. A terminologia “sair do armário” teria sido tirada do vocabulário feminino, cuja expressão era

defende que o estudo da sexualidade não é coextensivo ao estudo de gênero. Ainda que os conceitos de sexo, gênero e sexualidade<sup>2</sup> manifestem relações quase que irremediavelmente escorregadias, a estudiosa

usada para referir-se ao ritual de uma debutante, que seria oficialmente apresentada à sociedade.

<sup>2</sup>De acordo com o pensamento feminista mais radical, datado dos anos 1960, o termo “sexo” significaria um conjunto de determinações irreduzíveis e biológicas entre os membros da espécie *Homo sapiens*, que incluem características fixas, a exemplo dos genitais, crescimento de pelos no corpo, função hormonal e capacidade reprodutiva. Sobre estas características mínimas e biologicamente irreduzíveis se basearia a construção social do gênero. Este, por sua vez, seria a produção e reprodução mais complexa e dicotomizada das identidades masculinas e femininas em um sistema sociocultural em que o dualismo homem-mulher atua como o binarismo principal e modelo, afetando outros binarismos nem sempre diretamente relacionados ao sexo biológico. (SEDGWICK, 1998, p. 41 e 42).



estadunidense afirma que os dois últimos termos são inseparáveis porque um só existe em relação ao outro. No entanto, ao mesmo tempo em que são minimamente distintas, as especificidades sexuais e de gênero devem ser plasmadas.

Fugindo do binarismo matemático que, a partir do século XIX, passou a caracterizar a homo/heterossexualidade – sendo a homossexualidade definida como exclusão da heterossexualidade – Sedgwick (1998) alerta ainda para o risco de que o próprio conceito de gênero esteja perigosamente marcado por inclinações heterossexuais. Ou seja, “en cualquier sistema de género la definición o identidad de la mujer se construye por analogía, complementariedad o contraste con respecto al hombre o viceversa”. (SEDGWICK, 1998, p. 46). Ela prefere falar de sexualidade e assinala que é possível analisar questões de gênero em textos nos quais o gênero culturalmente sujeito, a mulher, não esteja presente, nem como autoria nem como temática.

“(…) la sexualidad se extiende a lo largo de tantas dimensiones que no está en absoluto bien descrita en términos de género del objeto sexual, de modo que cuando se movilizan las categorías relativas ao objeto sexUal intervienen ciertas discriminaciones (por ejemplo) de actos o (en otros casos) de localización erótica, aunque sea de forma muy implícita o incoherente”. (SEDGWICK, 1998, p. 49).

E é também seguindo a linha de raciocínio de Judith Butler, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2010) – de que a identidade é constituída “performativamente”, ou seja, ser homem ou mulher não são necessariamente gêneros masculino e feminino, respectivamente –, e partindo do pressuposto de Sedgwick (1998) de ampliação da caracterização de gênero rumo ao âmbito da sexualidade que buscamos neste artigo analisar uma questão de gênero que se encontra imiscuída nas relações homoafetivas: a divisão dos papéis sexuais entre o polo ativo e o passivo numa relação entre indivíduos do sexo masculino. Sendo este último historicamente, pelo menos desde a Antiguidade grega, identificado com o caráter de submissão e desvalorização atribuído às mulheres em relação aos homens, nas sociedades ocidentais machistas, patriarcais e falocêntricas. E com um agravante: o homossexual passivo, além de ser subjugado na relação porque não se vale prioritariamente do falo para possuir, não tem a capacidade de procriar, apanágio histórico para a aceitação das mulheres enquanto meras receptoras do sêmen masculino, com vistas à reprodução.

Partindo da tese defendida por Simone de Beauvoir – “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” - Butler (2010) afirma que para um ser que nasce fêmea nada garante que



se tornará mulher ao longo da sua vida. Ou seja, o gênero configuraria um fenômeno incerto e dependente do contexto, rejeitando qualquer tentativa de aprisioná-lo em uma definição fixa e objetiva. Trata-se, para ela, de “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2010, p. 29). Esta premissa reservada à questão de gênero pode-ser aplicada em parte à questão da orientação sexual ou identidade sexual. Nada garante, por exemplo, que um ser caracterizado biologicamente como macho torne-se heterossexual ou homossexual ao longo de sua vida, ressaltando que, apesar das mais variadas tentativas, até hoje, não há certezas absolutas sobre o que torna um indivíduo homossexual ou heterossexual.

A discussão que buscamos fazer neste artigo traz à tona a necessidade de compreender uma das problemáticas de gênero, aqui especificamente em se tratando dos papéis hierarquizados do ativo (dominador) e do passivo (dominado), identificados respectivamente com a relação historicamente determinada entre homens e mulheres. Butler propõe libertar o debate sobre gênero daquilo que ela chama de “metafísica da substância”, fazendo referência a Nietzsche. Portanto, para ela, é uma armadilha considerar a questão de gênero como algo substantivo, resultando em ilusões

“promovidas pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (BUTLER, 2010, p. 42).

Butler (2010) defende que o sujeito é constituído pelo discurso que se faz sobre e em torno dele; o sujeito é incerto, subjetivo e político, em todos os aspectos de sua vida. Com base nessa constatação é que vamos analisar como a literatura brasileira aborda, por meio de personagens ainda na infância, a questão de gênero inerente às relações homoafetivas masculinas, e que se estendem muitas vezes por toda a vida dos indivíduos – a visão que se tem sobre a problemática da atividade (identificada com a dominação) e da passividade (relacionada à submissão).

Apoiamo-nos ainda nos estudos de Guacira Lopes Louro, em *Teoria queer<sup>3</sup>: uma política pós-identitária para a educação – estudos feministas (2001)*, de que as identidades de gênero e as identidades sexuais devem ter a possibilidade de serem transformadas, não

---

<sup>3</sup> O termo *queer* é explicado por José Carlos Barcellos, em *Literatura e homoerotismo em questão (2006)*: “Esse conceito, empregado no âmbito daquilo que se vem chamando de teoria *queer*, inscreve-se num amplo movimento de questionamento da identidade gay e de alguns aspectos dos *gay and lesbian studies*. O termo *queer*, que significa “estranho” (e na linguagem comum é empregado como injúria para homossexual), foi reapropriado para designar um modelo que se propôs como alternativa a gay, pois enquanto gay parece apoiar-se num discurso clássico que crê nas categorias e busca respeito e integração no sistema social, *queer* nasce com uma vocação mais rebelde, como uma autêntica afirmação da excentricidade. (BARCELLOS, 2006, p. 28).



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

aprisionando essas identidades – homem, mulher, e nos arriscamos a incluir aqui os homossexuais ativos, passivos, transexuais, entre outras identidades – numa rigidez pré-determinada (LOURO, 2001, p. 21). Por isso, defendemos neste artigo uma análise da sexualidade/gênero para além do binarismo homem-mulher adultos, trazendo a infância homoafetiva, representada em textos da literatura brasileira, para analisar suas identidades afetivo-sexuais formadas a partir da condição de gênero construída e imposta aos indivíduos ocidentais desde a mais tenra idade. Colocamos em nossa perspectiva de análise os romances: *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia; *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado; *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), de Gilberto Freyre; e *Em nome do desejo* (1983), de João Silvério Trevisan.

Ao refletir sobre o conceito de identidade, Alberto Melucci, em *O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global* (2004), observa que a “a identidade define a nossa capacidade de se reconhecer e de ser reconhecido” (MELUCCI, 2004, p. 50). E esse reconhecimento de si mesmo e a partir do outro é fundamental para a constituição das identidades desde as primeiras interações sociais ainda na infância. No caso da criança homoafetiva masculina, do desenvolvimento de sua identidade sexual e dos papéis de gênero – ativo dominador

falocêntrico e passivo submisso identificado com a condição de submissão feminina –, para além da divisão sexual homem-mulher, as sociedades ocidentais seguem delimitando os gêneros de acordo com o sexo biológico. Ou seja, meninos devem sentir, desejar e agir sexualmente de acordo com o que é esperado para o sexo masculino – descartar-se, portanto, condutas assemelhadas ao papel de gênero reservado às mulheres - e as meninas ao que é esperado para o sexo feminino.

Portanto, na relação homoafetiva masculina é também possível identificar construções sociais legitimadas por uma sociedade fortemente patriarcal. Para Louro (1997), o gênero se constitui em e por meio de corpos que possuem um determinado sexo biológico, consiste numa construção histórica e social baseada inicialmente nas características biológicas.

Nessa mesma direção, Joan Scott, em *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem* (2002), o gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que, por sua vez, constituíam-se entremeadas por relações de poder. Para ela, gênero significa o conhecimento sobre as diferenças sexuais e seus usos e significados são constituídos histórica e socialmente a partir da disputa política, na qual relações de poder – de dominação e de subordinação – seriam





construídas. Portanto, Scott (2002) defende que gênero é a organização social da diferença sexual. (SCOTT, 2002, p. 14). Certamente, é o que vemos nas narrativas que ora analisamos: garotos com desejos sexuais considerados anormais e, por isso, classificados com base menos nas suas identidades sexuais do que em papéis de gênero construídos culturalmente.

Após essa breve tentativa de recuperação de alguns estudos básicos e esclarecedores sobre a construção do gênero e a formação das identidades sexuais, adentramos, inicialmente, em como, historicamente, nas sociedades ocidentais foram caracterizados e classificados os indivíduos ativos e passivos nas relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Mesmo antes de ser o homossexual anormal em oposição ao normal heterossexual – identidades classificadas apenas na segunda metade do século XIX no Ocidente<sup>4</sup> – o indivíduo era ativo ou passivo quanto ao desejo homoafetivo. O ativo, “penetrador”, o “bofe”, na linguagem coloquial, ainda hoje goza de maior valorização nas sociedades

---

<sup>4</sup> João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2011), relata que foi o jornalista húngaro Károly Mária Kertbeny, no século XIX, que criou o termo “homossexual” – e também, como contraponto a este, o termo “heterossexual” – “visando a legitimar biologicamente a “vocação” homossexual e isentar de culpa os seus “vacionados” (TREVISAN, 2011, p. 33).

ocidentais, podendo nem ser considerado homossexual ou gay pelo imaginário popular e pelos próprios sujeitos homoafetivos. Já o passivo, “receptor”, a “bicha”, é inferiorizado porque comparado à condição histórica de submissão feminina, com o agravante de não ser apto para a reprodução nem ter visivelmente reconhecida a virilidade obrigatória à afirmação da dominação masculina.

A distinção entre ativos e passivos já era elaborada desde a sociedade grega clássica, cabendo aos últimos uma imagem depreciativa, tendo em vista que eram identificados, da mesma maneira que as mulheres, como objetos disponíveis ao prazer do homem, ainda que nessas sociedades as relações homoafetivas fossem vistas e aceitas menos como uma fonte de prazer sexual do que como um processo necessário à formação dos cidadãos. Segundo K. J. Dover, em *A homossexualidade na Grécia Antiga* (2007), pode-se apreender que, desde cedo, os meninos eram preparados para confirmarem sua potência viril e de dominação em relação ao sexo feminino e, conseqüentemente, ao indivíduo masculino que se submetia à postura passiva.

Essa divisão de papéis sexuais, e por que não dizer também sociais, pode ser identificada nas representações literárias das personagens infantis aqui analisadas. Logo ao



entrar no internato, Sérgio, de *O Ateneu*, é informado pelo veterano Rebelo sobre a delimitação que os habitantes da instituição criaram entre os protetores viris e os protegidos, “com modos de mulher, aquele arzinho de quem saiu da cama, com preguiça nos olhos” (POMPÉIA, 2010, p. 38). Para garantir sua sobrevivência, o novato deveria evitar comportamentos que o fizessem ser comparado a uma menina desamparada. Em *Capitães da areia*, meninos que se submetem à posição de passividade nas relações sexuais com outros garotos são banidos do grupo. Na narrativa de *Em nome do desejo*, de João Silvério Trevisan, Tiquinho se martiriza porque, principalmente após o fortalecimento de sua “amizade particular” pelo colega de internato Abel, precisa se livrar da pecha de “mariquinha” e “‘tornar-se homem’ perante a comunidade”. (TREVISAN, 1983, p. 125). Tiquinho deveria se tornar um garoto viril, inclusive participando de esportes mais identificados com a identidade masculina, como o futebol.

Na sociedade grega antiga, a prática da *aphrodisia*<sup>5</sup> ativa já gozava de maior prestígio em detrimento da prática passiva. Este era o papel reservado pela natureza às mulheres, que, por sua vez, equiparavam-se às crianças e aos escravos no que diz respeito ao baixo

<sup>5</sup> Foucault (1984) define a *aphrodisia* como os atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer.

*status* que tinham na pólis. De acordo com Michel Foucault, em *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984), a delimitação grega dos papéis sexuais referia-se mais ao aspecto das atitudes em relação aos prazeres. Características como preguiça, indolência, recusa das atividades esportivas mais rudes, gosto por adornos e perfumes, lassidão, referiam-se mais àquele “(...) que se deixa levar pelos prazeres que o atraem: ele é submisso aos próprios apetites assim como aos dos outros” (FOUCAULT, 1984, p. 79). Jovens fáceis sexualmente, homens adultos efeminados, devassidão, eram desqualificados pela sociedade grega, o que mostra que nem todo tipo de prazer era aceito. O valor que se dava à relação entre *erastes* e *erômenos*<sup>6</sup> concentrava-se, basicamente, sobre a função de formação cidadã que o homem adulto tinha sobre o mais jovem.

Dover (2007) assinala que o aceitável pela sociedade grega daquele período era que as relações homossexuais ocorressem entre parceiros em idades diferentes – o *erastes*, mais velho e “ativo”, protetor, e o *erômenos*, mais jovem e “passivo”, protegido. Fora desse padrão, a homossexualidade era pouco tolerada, tendo em vista que esse tipo de

<sup>6</sup> Do grego *erastés* (amante) o *erastes* era o homem adulto, que deveria agir como uma espécie de preceptor do *erômenos* (amado), do grego *erômenos*, o adolescente. A relação entre esses dois polos era chamada de pederastia, do grego do grego *paidierastés*, aquele que ama meninos.



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

relação deveria ser provisória, já que, ao ficar mais velho, o natural e obrigatório era que o *erômenos* casasse com uma mulher, tivesse filhos e se tornasse um *erastes*. Outro ponto de vista dos gregos era que as relações sexuais entre esses dois polos poderiam não ocorrer obrigatoriamente, com o *erômenos* sendo orientado a resistir às investidas do *erastes*. Jeffrey Henderson, em *The maculate muse: obscene language in attic comedy* (1991), destaca que o jovem ateniense, com a assunção de sua masculinidade, teria um casamento adequado, se estabelecendo como pai e cidadão, atribuindo à homossexualidade um papel secundário.

Em caso de aceitação, pelo menino, das propostas sexuais do parceiro mais velho, a relação deveria ter claramente um sentido de troca. O *erômenos* receberia orientação e aprenderia com seu *erastes* um serviço para a vida adulta. Foucault comenta a rejeição grega à passividade:

Mas, por outro lado, o rapaz, posto que sua juventude deve levá-lo a ser homem, não pode aceitar assumir-se como objeto nessa relação, que é sempre pensada sob a forma da dominação: ele não pode nem deve se identificar com esse papel. Ele não poderia ser de bom grado, a seus próprios olhos e para si próprio, esse objeto de prazer. Em suma, experimentar volúpia, ser sujeito de prazer com um rapaz não constitui problema para os gregos; em compensação, ser objeto de prazer e se reconhecer como tal constitui, para o rapaz, uma dificuldade maior. A relação que ele deve estabelecer consigo mesmo para vir a ser um homem livre, senhor de si e capaz de vencer os outros, não poderia estar em consonância com uma forma de relação na qual ele fosse objeto de

prazer para um outro. Essa não-consonância é moralmente necessária (FOUCAULT, 1984, p. 195)

Vemos, portanto, que a visão da sociedade grega clássica diante da pederastia já trazia em seu cerne uma problemática de gênero, que, ainda hoje, inclusive no Brasil, determina grande parte das relações homoafetivas ou pelo menos as inscrições no imaginário popular no que concerne aos papéis sexuais assumidos nesse tipo de relacionamento. Com amparo em Richard Parker, em *Abaixo do Equador* (2002), é possível afirmar que, principalmente nas classes sociais mais populares, pelo menos até os anos 1980, os parceiros numa relação tendiam a ser divididos basicamente entre ativos e passivos. Os primeiros gozavam de um *status* menos depreciativo na visão popular que se tem da homossexualidade. Ou seja, homossexual ou “bicha”, na linguagem coloquial, é apenas o que assume a posição passiva na relação. O estudioso observa ainda que foi apenas com o aparecimento da epidemia de Aids, na segunda metade da década de 1980 do século XX, que os conceitos de homossexualidade x heterossexualidade, como identidades sexuais, penetraram nas classes mais populares.

Parker (2002) assinala que esse modelo de divisão de papéis menos sexuais do que de gênero nas sociedades patriarcais brasileiras aparece de forma marcante quando a criança





começa a participar de atividades sexuais. A meta dos meninos, principalmente, é que, chegada a adolescência, sua virilidade e postura ativa sejam consolidadas e reafirmadas. Ainda assim, mesmo com toda a vigilância, é nesse período, de transição da infância para a adolescência, que se torna mais comum a participação em atos homoafetivos.

Como observa James Green, em *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX* (2000), o modelo ainda vigente em muitos grupos é que o parceiro que exerce o papel ativo, de “penetrador”, na relação homossexual, nem por isso deixa de ser “homem” aos olhos da sociedade. Já o passivo, identificado com o papel feminino de submissão, tem um *status* inferior e é estigmatizado (GREEN, 2000, p. 28). Ou seja, o homem que assume o papel ativo numa relação homossexual não necessariamente abre mão de sua masculinidade. Por isso as famílias e a escola ainda estimulam os meninos a adotarem comportamentos que mostrem sua masculinidade em detrimento de atitudes efeminadas, tendo em vista que a condição feminina continua a ser considerada inferior. Mesmo quando se descobre que o filho mantém relações de cunho homoafetivo com os amigos e/ou colegas da escola, que estas assumam uma postura ativa.

Em *Dona Sinhá e o filho padre*, o menino José Maria é atormentado pelos garotos da rua e da escola. Enfraquecido por uma doença quando muito pequeno, José Maria cresceu demasiado protegido pela mãe, adquirindo um comportamento que o diferenciava dos demais garotos de sua idade, sempre em casa, solitário, imaginativo, fraco, franzino, sensível e delicado. Tinha uma imagem de inocência que o fazia compararem a uma menina.

Cruéis como são os meninos que se supõem normais contra aquele que se apresenta diferente deles no modo de ser e no próprio físico. Os meninos assim conscientes do que supõem ser sua normalidade, superior à dos diferentes deles nos modos e nos gostos, não agem senão com antecipação dos homens medíocres que se resguardam dos excepcionais, unindo-se contra eles; agredindo-os pela sua superioridade em número; lançando-lhes pechas e epítetos. Para esses o filho de Dona Sinhá, uma vez no colégio, foi Sinhazinha. A insinuação, a de que era um maricas já declarado e não um homem em formação por processo um tanto diferente dos comuns (FREYRE, 1964, p. 35).

A fragilidade e delicadeza aparentes de José Maria eram uma espécie de atestado de sua inferioridade. Por ele não atender aos requisitos de masculinidade, os demais garotos faziam do filho de Dona Sinhá um alvo fácil de desprezo e ataques de teor machista. Tiquinho, de *Em nome do desejo*, achava que não era “homem” como os outros meninos do internato, sendo consumido por uma sensação de pavor ao sentir desejo sexual por Abel.





## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Na Roma antiga, a homofilia, como denomina Paul Veyne, em “A homossexualidade em Roma”, texto de *Sexualidades ocidentais* (1986), já apresentava alguns aspectos diferenciados em relação à civilização grega. Manter relações com o mesmo sexo apenas era aceitável em se tratando de um escravo representando o papel passivo. Os latinos eram machistas e escravagistas como os gregos, tendo as crianças o mesmo *status* das mulheres, no caso, o papel de servir aos homens livres. “(...) essas crianças, em Roma, são escravos, que não são levados em conta, e na Grécia, efebos, que não são ainda cidadãos, tanto que podem ainda ser passivos sem desonra” (VEYNE, 1986, p. 43).

Na sociedade latina, um cidadão livre que desempenhasse o papel passivo numa relação homossexual era considerado ilegítimo, imoral e infame, mesmo desprestígio concedido à felação, ao cunilíngua e à homofilia feminina. “Eram mais do que um ato culposos que tinha escapado a seu autor: o horror do ato chegava ao próprio autor, e provava que, para ter feito semelhante coisa, era preciso que ele fosse um monstro. Passava-se então da condenação moral a uma rejeição que qualificaríamos de racista” (VEYNE, 1986, p. 47).

O ato sexual em si pode ser considerado o primeiro campo onde a dominação

masculina se materializa claramente. O homem deve sempre possuir sexualmente, submeter o sexo mais “fraco”. Vale destacar aqui, conforme Pierre Bourdier, em *A dominação masculina*, que o termo “fraco” foi imposto culturalmente para inferiorizar o sexo feminino em relação ao masculino, mas já perdeu grande parte de seu poder de argumentação, principalmente após a revolução sexual da década de 1960. Ser viril virou também sinônimo de dominação no ato sexual. Daí, portanto, a lógica ocidental de que o homossexual, basicamente o que se submete ao papel passivo na relação, não atende a um dos requisitos básicos do domínio. De acordo com Bourdieu (2002), a relação sexual se configura numa relação social de dominação, construída sobre a ostensiva divisão entre os papéis ativo *versus* passivo. Na relação homossexual, a dominação masculina tem esse caráter a mais, pois um dos parceiros feminiza o outro. É minimamente aceitável uma relação homoerótica desde que se mantenha o poder da masculinidade. Por isso, o *status* de inferioridade potencializado atribuído ao passivo, identificado com o feminino. Essa relação de dominação é encarada, na maior parte das vezes, como um destino.

Falar de dominação, ou de violência simbólica, é dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza à inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constrangido e forçado, as categorias de percepção direitas (*straight* em oposição a *crooked*, tortas), e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais (BOURDIEU, 2002, s/p).

Em suas *Reflexões sobre a questão gay* (2008), Didier Eribon aborda o tema da injúria que desde cedo as pessoas envolvidas em práticas homoafetivas são obrigadas a aturar, quando decidem quebrar o silêncio que as subjugava desde a infância, ganhando essas práticas injuriosas um *status* de destino inescapável dos indivíduos homoafetivos. Essa injúria, materializada na forma de insultos, como “viado, estranho, bizarro, doente, anormal”, “(...) tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os ‘normais’ e aqueles que Goffman chama de ‘estigmatizados, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos. A injúria me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou” (ERIBON, 2008, p. 28-29). Esse corte também é patente na relação dominador *versus* dominado. É forte a questão do insulto nas narrativas analisadas em nossa pesquisa, a exemplo do apelido “sinhazinha”, que o menino José Maria, de *Dona Sinhá e o filho*

*padre*, tem de carregar por causa de seu comportamento “delicado”.

Nas narrativas aqui analisadas constatamos, claramente, esse conflito nas relações de Sérgio (*O Ateneu*) com os colegas do internato e seus “amigos”; nos meninos de rua de *Capitães da areia*, submetidos a uma realidade que os obriga a expressarem, a todo momento, sua virilidade e capacidade de dominação sobre os mais fracos – tanto que a presença da primeira menina no grupo causa um conflito de ordem sexual entre eles –, levando ao banimento dos garotos envolvidos em relações sexuais com outros meninos na posição de passivos.

Também vemos o peso da obrigação de ser dominador nos conflitos vividos por José Maria, em *Dona Sinhá e o filho padre*, que sofre rejeição e humilhação por ter trejeitos efeminados; e também em Tiquinho, oprimido pela realidade emocionalmente violenta do internato, onde “(...) os fracos continuavam mais fracos. Os mariquinhas cada vez mais maricas. Quanto aos fortes, tinham sua força redobrada”. (TREVISAN, 1983, p. 35).

Bourdieu (2002) destaca ainda que o trabalho de reprodução da dominação masculina foi garantido durante séculos por três instituições principais – a família, a escola e a igreja. As três, que são identificadas também em nossa análise, contribuem



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

diretamente para a perpetuação da divisão dos papéis de gênero e sexuais; pelo fortalecimento da percepção de inferioridade das mulheres; e pela transmissão de geração para geração do modelo patriarcal, refletido inclusive na relação adulto/criança.

É difícil ser homem numa sociedade patriarcal e falocrática caracterizada, conforme lembra João Silvério Trevisan, em *Seis balas num buraco só: a crise do masculino* (1998), pelos aspectos negativos da “inflação fálica” junguiana. Ou seja, uma preocupação exagerada com aspectos secundários relacionados ao pênis e com tudo o que ele representa. Desde a infância, segundo a Psicanálise, o menino preocupa-se em demasia com o pênis, tendo em vista o medo da castração. O órgão genital é a representação concreta da masculinidade, perdê-lo seria transformar-se em ser passivo, feminino, portanto, inferior. Ao mesmo tempo em que cultua o falo, o homem rejeita a atração que sente por ele, pois, culturalmente, isso pode configurar tendências homossexuais. A atração sexual pelo falo deve ser um sentimento exclusivo das mulheres. O culto ao falo, ainda hoje presente no mundo masculino, tem uma configuração arquetípica, representando, na Antiguidade, a fertilidade e o gozo. Como afirma Trevisan (1998), a inflação fálica pode tornar-se destrutiva:

No mundo atual, muitas coisas têm sido culturalmente distorcidas “devido à aparente necessidade de inflar a natureza e as dimensões do masculino”, provocando o que Wyly chama de “cisão contemporânea que atinge toda a cultura”. Aí se inserem a busca insaciável de poder, as competições sem limite, o machismo e a violência desenfreada (TREVISAN, 1998, p. 78).

Essa forte competição, a busca incessante por poder, a exacerbação do machismo, derivam, mais cedo ou mais tarde, para alguma manifestação de violência. Atualmente, as conquistas femininas, aliadas à cada vez maior visibilidade dos indivíduos homossexuais, são algumas das transformações sociais e sexuais que pressionam o mito frágil da masculinidade. Trevisan (1998) salienta que o sistema masculino hegemônico considera ameaçador tudo aquilo que é diferente e parte para o ataque a qualquer sinal de pressão. É um sistema frágil, sobretudo porque, em conformidade com o estudioso brasileiro, apoia-se em “escoras externas”, que, quando faltam, derrubam todo o edifício da masculinidade, a exemplo da dicotomização homem de um lado, mulher do outro, e da rejeição à passividade sexual.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BARCELLOS, José Carlos. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)





BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** [e-book]. 2. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Acesso em: 24 maio 2013. Disponível em [http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original\\_BOURDIEU\\_\\_Pierre.\\_A\\_domina%C3%A7%C3%A3o\\_masculina.pdf?1332946646](http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646). ISBN 85-286-0705-4.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. Tradução de Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8 ed. São Paulo: Graal, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Dona Sinhá e o filho padre**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.

GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina do Brasil do século XX**. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HENDERSON, Jeffrey. **The maculate muse: obscene language in attic comedy**. New York: Oxford University Press, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Estudos Feministas. v. 9, n. 2, Florianópolis: IFCH, 2001.

MELUCCI, A. **O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global**. – 1. ed., Editora Feltrinelli, 2004.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 14.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemología del armario**. Traducción de Teresa Bladé Costa. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Em nome do desejo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

\_\_\_\_\_. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Summer. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.